

O aval do Senado

Durida & T.

Com uma maioria expressiva (61 a favor, 2 contra e uma abstenção), o Senado aprovou anteontem o acordo com os bancos estrangeiros relativo ao pagamento dos juros atrasados. Assim, o presidente Fernando Collor de Mello pôde oferecer ao governo dos Estados Unidos um sinal de que era possível ir mais adiante na discussão do principal da dívida externa. A demora na aprovação do acordo foi apenas uma oportunidade que o PMDB se quis proporcionar, a fim de mostrar sua força e angustiar a comitiva que acompanhou o presidente da República a Washington e Nova York.

O Senado recebeu todas as informações possíveis sobre um texto que, a rigor, não deveria ter sido submetido à sua apreciação, desde que não se trata de um novo acordo, mas apenas de uma facilidade oferecida pelos credores ao Brasil. Ao dar seu aval a esse acordo, a Câmara Alta pelo menos mostrou que era sensível a um problema essencial para nossa economia, tão necessitada de reintegrar-se à comunidade financeira internacional. Mostrou-se até mesmo realista, ao aprovar o pagamento das despesas dos representantes dos bancos estrangeiros nos encontros do Comitê de Assessoramento. Essas despesas faziam parte de um acordo anterior à decisão do Senado de recusar o pagamento de tais gastos.

A atitude realista do Sena-

do, apesar da demora em se manifestar, mostrou que seus integrantes entendem a importância de regularizar uma situação que nos colocava na pouco invejável companhia dos caloteiros internacionais. Trata-se de um acordo interessante (que poderíamos ter assinado muito tempo antes), na medida em que prenuncia a boa disposição dos credores para abordagem de uma renegociação muito mais difícil para o principal da dívida. E o caso, notadamente, da emissão de bônus de longo prazo. Com a aceitação do acordo sobre os juros atrasados, estamos em condições de iniciar a segunda fase da negociação.

No prazo de dez dias deveremos pagar US\$ 900 milhões. Trata-se da primeira parcela dos US\$ 2 bilhões que estamos pagando "à vista", o saldo devendo ser pago em prestações mensais até o final do ano. Isso significa que a pressão sobre a demanda de divisas nos próximos meses será maior, o que poderá afetar a taxa cambial, que já reagiu nas últimas semanas, num mercado que era flutuante, mas em que a oferta era maior que a demanda, por causa do não pagamento da dívida externa. Tal pagamento afetará também as contas do Tesouro Nacional, o que virá a exigir maior esforço para conter os gastos do setor público.

21 JUN 1991